

Audiência Pública sobre o novo Código Florestal
Brasília, 15 de Setembro de 2011
Senado Federal

Instrumentos Econômicos para o Código Florestal

Carlos Eduardo Frickmann Young
(com a colaboração de Leonardo de Bakker e André Santoro)

Instituto de Economia (UFRJ)
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas,
Estratégias e Desenvolvimento (INCT – PPED)

www.ie.ufrj.br/gema

Florestas e Desenvolvimento

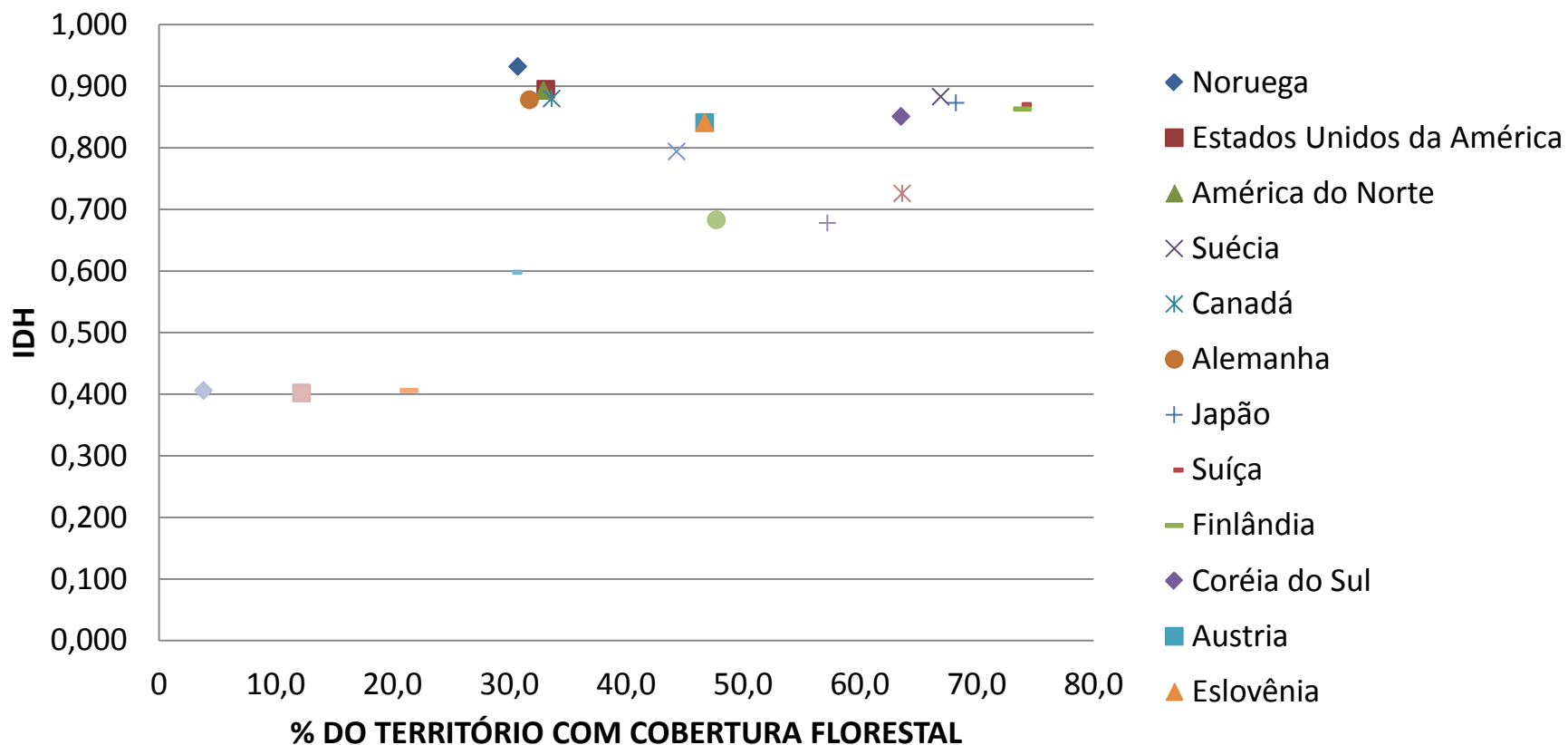
- É preciso acabar com o mito de que florestas são um entrave para o desenvolvimento
- Na economia do século XXI, florestas e sua biodiversidade criam janelas de oportunidade únicas para o Brasil

IDH e cobertura florestal

	IDH	% do território coberto por florestas
Suécia	0.883	66,9
Japão	0.873	68,2
Coréia do Sul	0.851	63,5
Malásia	0.726	63,6
Brasil	0.678	57,2
Mundo	0.598	30,3
África	0.406	21,4
Haiti	0.406	3,8
Nigéria	0.402	12,2

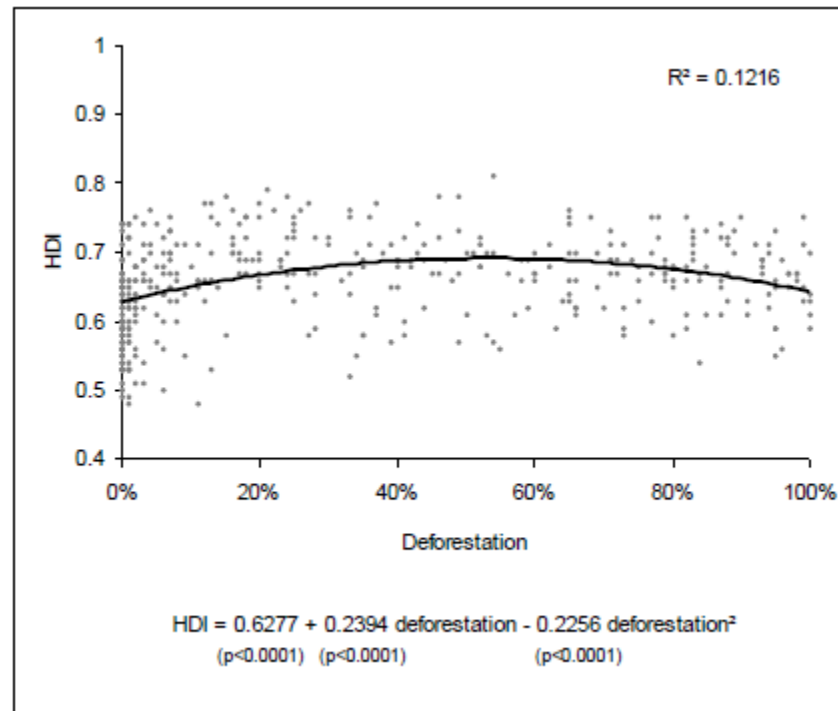
Fonte: FAO e UNDP

IDH e cobertura florestal



Fonte: FAO e UNDP

IDH e desmatamento: desmentindo o mito

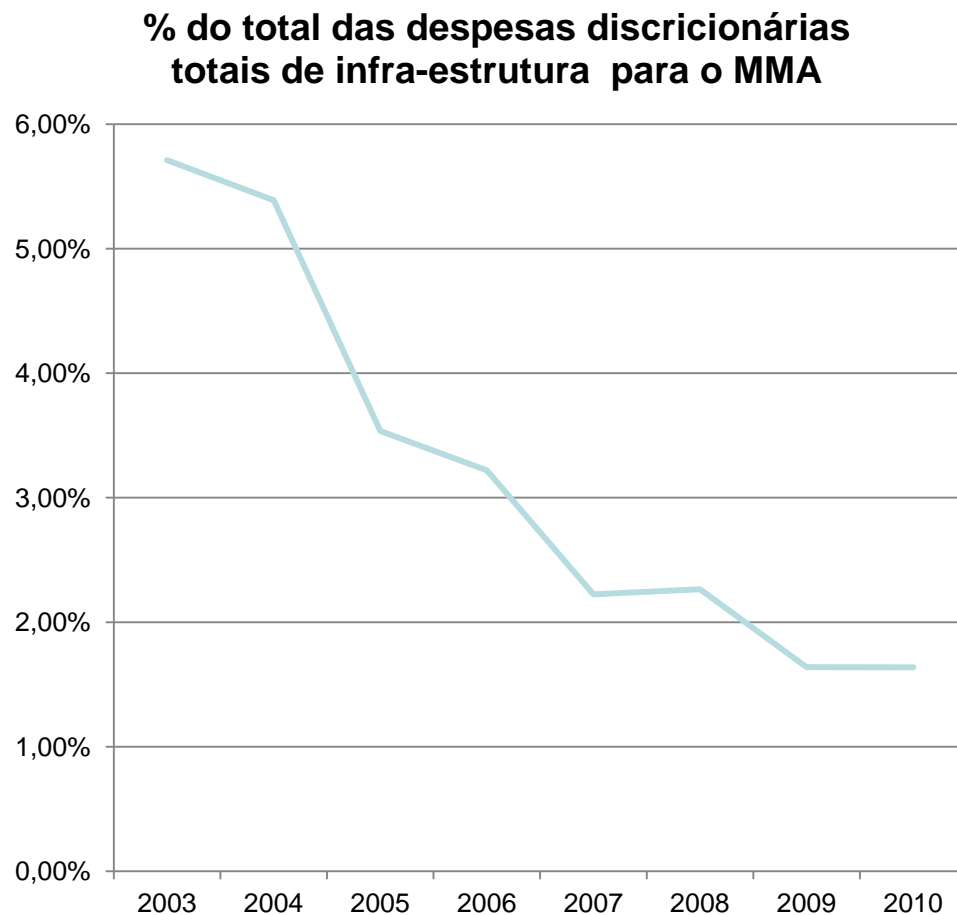


Pano de fundo: a crise orçamentária do setor ambiental

- Crise das instituições ambientais: aumentam as demandas mas diminuem os recursos para a gestão.
- É preciso criar mecanismos inovadores para a gestão ambiental.

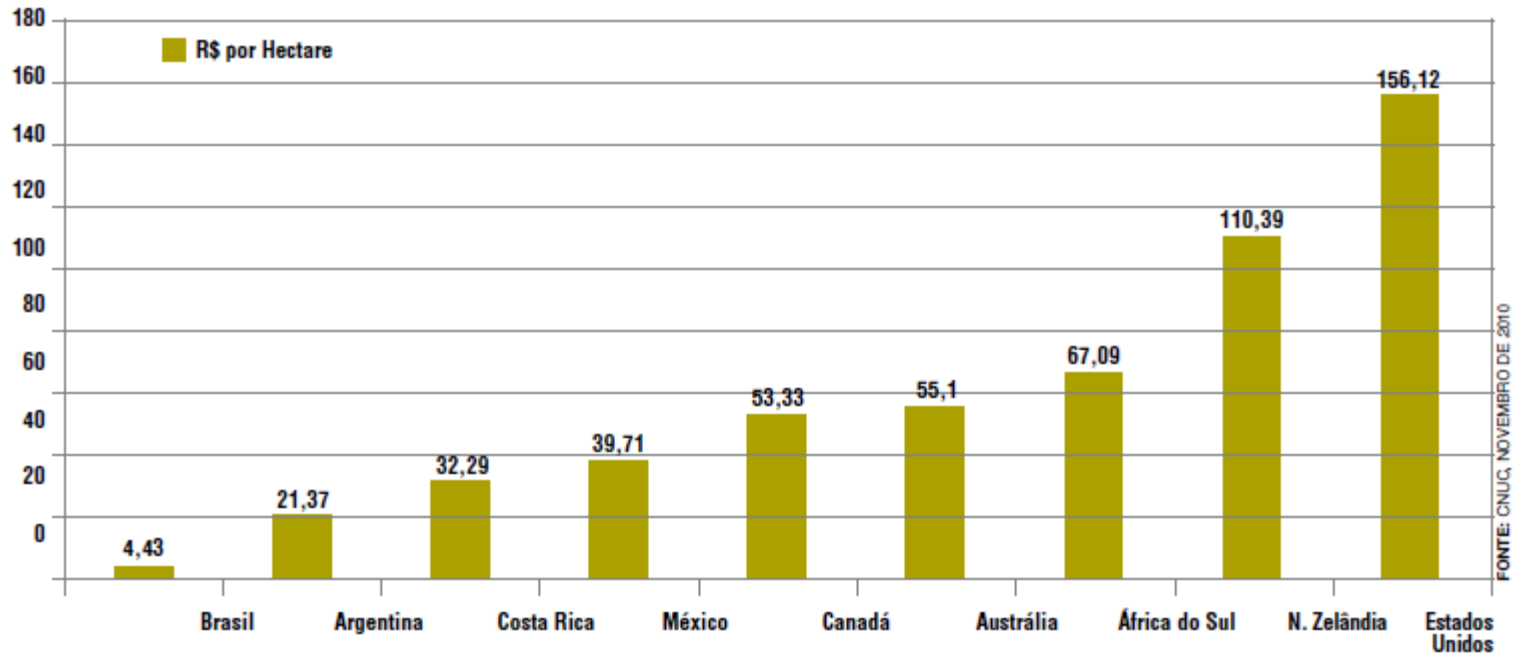
Despesas discricionárias federais totais, MMA e infraestrutura (Fonte: SOF)

Ano	Despesas discricionárias MMA, R\$ Milhões de 2010
2003	614,0
2004	660,0
2005	684,2
2006	593,9
2007	698,5
2008	684,3
2009	637,0
2010	694,4



Crise no Orçamento Ambiental

Investimento por hectare de Unidade de Conservação em diferentes países



Fonte:

Medeiros, R. & Young; C.E.F. 2011. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 120p.

Serviços ambientais e Código Florestal

- Existe potencial de formas alternativas de financiamento, através do pagamento de serviços ambientais (PSAs).
- Contudo, esse potencial está longe ser aproveitado, por fraquezas políticas e institucionais.
- As mudanças no Código Florestal poderão prejudicar ou consolidar os PSAs no Brasil

PSAs: Fundamentos Teóricos

- Modelo teórico: o beneficiário faz uma contrapartida, financeira ou em espécie, a quem controla o uso da terra, visando garantir o fluxo contínuo e a melhoria do serviço demandado. Ou seja, ganha o protetor e ganhar o usuário.
- PSAs → Fonte adicional de renda para ressarcir os custos (de oportunidade e de manutenção) encarados pelas práticas conservacionistas que permitem o fornecimento dos serviços ecossistêmicos, de modo a compensar o custo de oportunidade da conservação.

Requisitos para sistemas de PSAs

- Identificar o prestador e o beneficiário do serviço ambiental, definindo direitos de propriedade dos recursos naturais e estabelecido um marco regulatório claramente definido e acatado por todas as partes.
- Identificar o serviço ambiental prestado e a sua utilidade para os beneficiários.
- Estruturar um sistema de monitoramento para verificar as eficiências social, econômica e ambiental do PSA.
- Acompanhar o fluxo e qualidade dos serviços prestados e dos pagamentos, para assegurar a credibilidade do sistema.
- Precificação dos Recursos Naturais → Técnicas de valoração dos recursos ambientais.

PSAs: Problemas de Demanda, ou...

Quem vai pagar?

- Em muitos casos não há adesão voluntária ao sistema de pagamento. Estado pode tornar obrigatória a contribuição, mas qual o apoio político para isso?
- Nem sempre quem está pagando pelos serviços são seus usuários diretos: problemas de equidade e justiça.
- Problema na implantação → PSAs aplicados mais facilmente onde os recursos são escassos e portanto mais valiosos. Será que quanto pior, melhor?
- Precificação dos serviços ambientais: muitos recursos naturais não possuem preços de mercado - dificuldade de valorar o benefício real obtido pelo favorecido.

PSAs: Problemas de Aplicação, ou...

Quem vai receber?

- Dilema do filho pródigo: beneficiar quem faz certo ou quem precisa mudar de conduta?
- Solução: mesclar recursos, com parte indo para UCs e fiscalização, e parte indo para incentivos positivos (PSAs).
- Valor recebido pode ser pequeno para compensar plenamente o custo de oportunidade da compensação: solução é montar uma “cesta” de instrumentos, que contribuem de forma adicional.

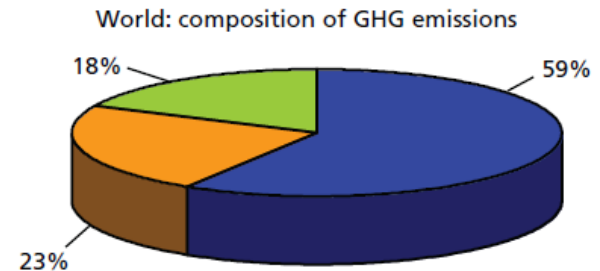
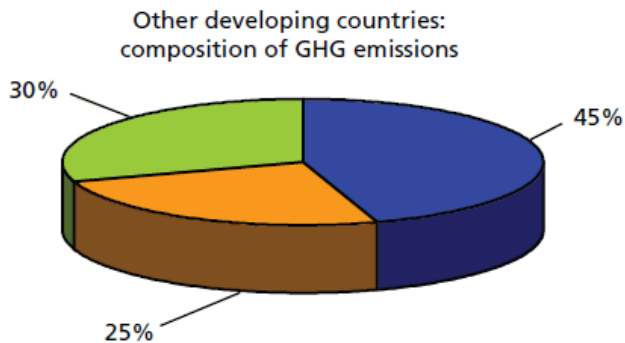
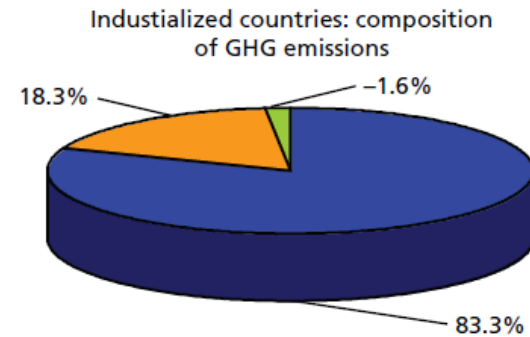
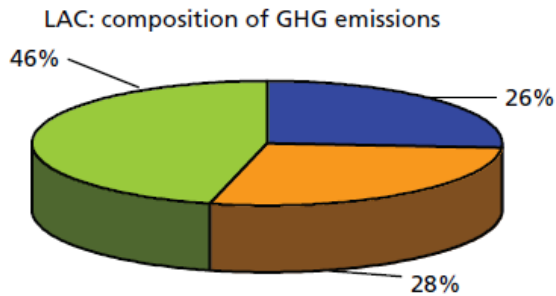
Questão do momento: emissões por desmatamento

- Maior contribuição do Brasil para o aquecimento global (Brasil é maiores emissores de carbono no mundo)
- Por outro lado, há grande potencial para instrumentos econômicos, porque o desmatamento gera muito pouco valor adicionado por tonelada de carbono emitida

Boi X carro

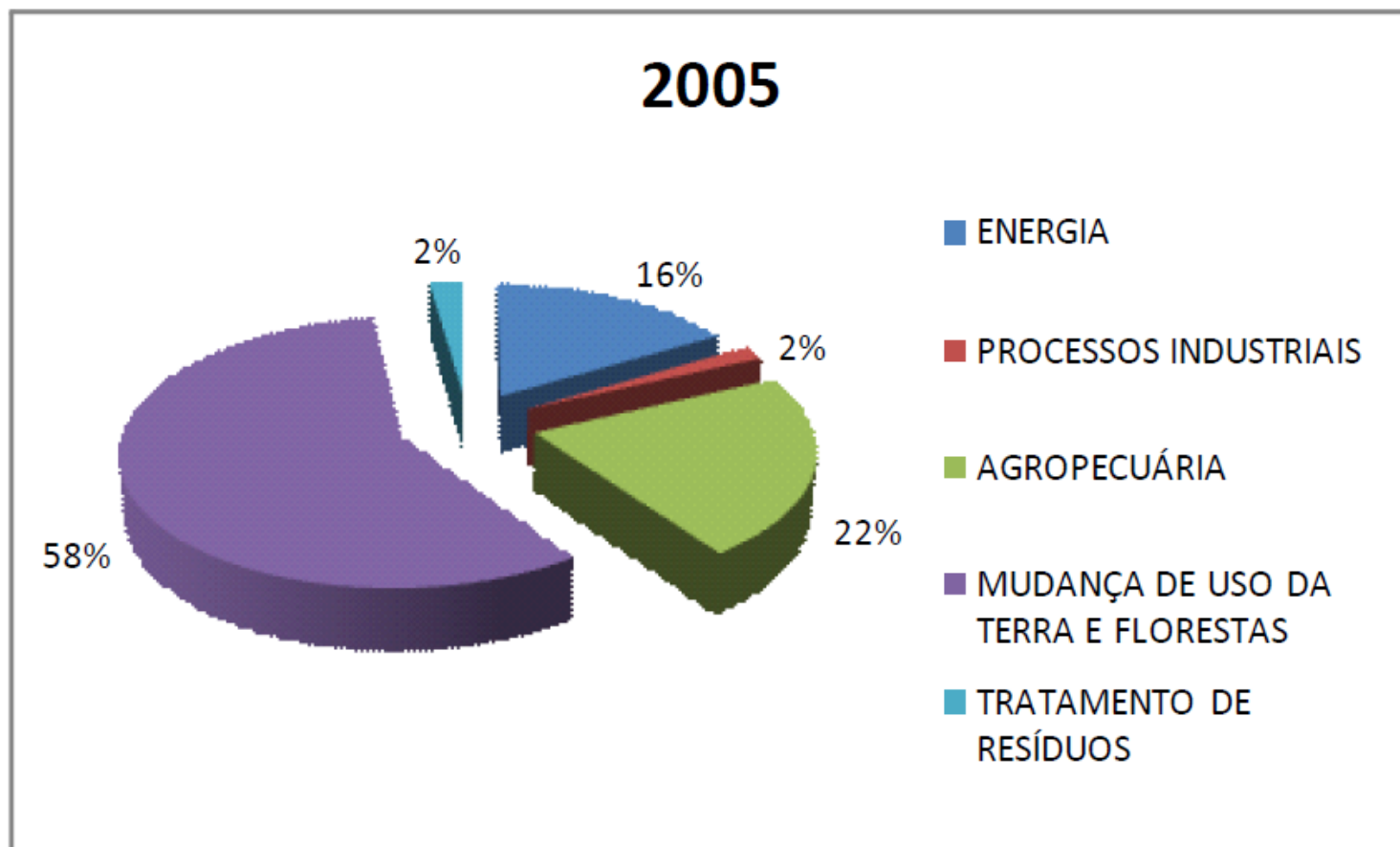
- Um boi a mais na Amazônia significa menos 1,5 hectare de floresta, resultando em emissões de pelo menos 165 tC.
- Um automóvel (1.6, 16000km/ano) emite cerca de 0,772 tC por ano, a um custo de offset de carbono de US\$ 50 (fonte: Climate Care)
- Ou seja, evitar um boi a mais (de forma extensiva) equivale a reduzir a emissão anual de mais de 200 carros!!!

Composição das emissões de gases de efeito estufa (Fonte: CAIT/WRI)

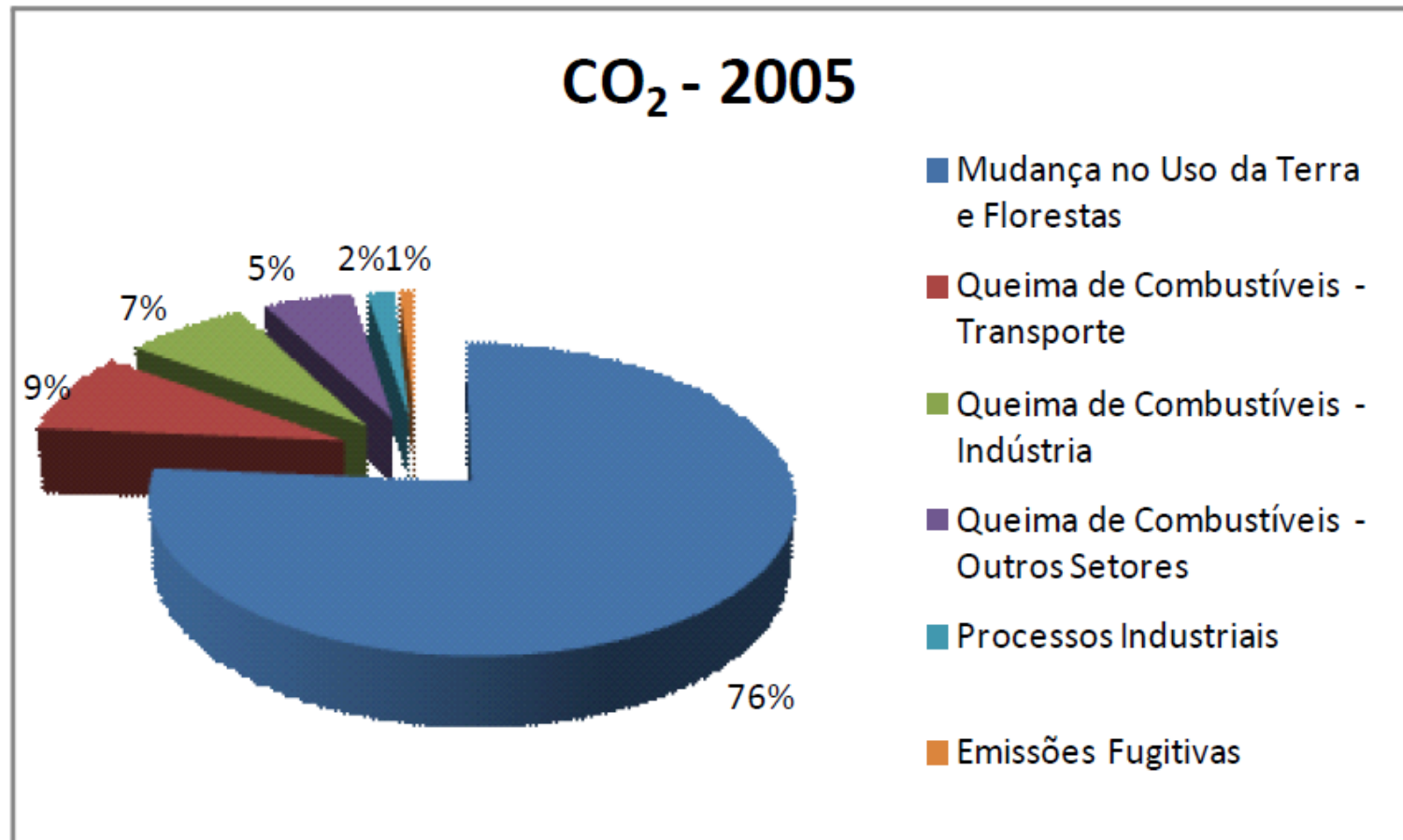


Other GHG (non-CO₂ in agriculture, waste, etc.) Land-use change emissions (CO₂) Energy related emissions (CO₂)

Composição setorial das emissões brasileiras, 2005 (fonte: MCT)



Desmatamento: 76% das emissões de CO2



REDD – Pagamentos para conservação florestal

- Atualmente discute-se formas de mudar a inserção de florestas nos mercados de carbono, através de pagamentos por redução de emissões oriundas do desmatamento.
- Pagamentos podem beneficiar setores público, privado e comunitário.
- Mas para que isso ocorra em escala são precisos vários condicionantes!

Questões a resolver

- Alterações pretendidas para o Código Florestal que aumentem a área de fronteira INVIABILIZAM a entrada de recursos de REDD e outras formas de pagamentos por serviços ambientais.
- Flexibilizar é importante, mas com GOVERNANÇA ambiental.

Serviços ambientais: Floresta é mais que carbono!

- Água
- Biodiversidade
- Carbono
- Diversão, lazer e turismo
- Erosão evitada e conservação do solo
- Folclore e cultura
- ...

Como conseguir recursos para financiar PSAs ligados à recomposição florestal em áreas privadas?

- Tratamento preferencial nas políticas de compras públicas e crédito para proprietários em conformidade com a legislação.
- Participação dos proprietários rurais na repartição de benefícios de créditos de carbono (REDD ou reflorestamento).

Água

- Parcela dos recursos pela cobrança pelo uso da água, inclusive para geração elétrica, abastecimento e irrigação, deverá ser direcionada a programas de pagamento por serviços ambientais que financiem a restauração de vegetação nativa.

Exemplo: Projeto Oásis

Cafezal em curva de nível



Recuperação de reserva legal



Repartição de ICMS

- Revisão dos critérios de alocação da proporção de ICMS a ser repartido entre os municípios conforme art. 158 da CF (critérios federais para o “ICMS Ecológico”), premiando os municípios que apresentarem maior proporção de propriedades que atendam ao Código Florestal.

FPE e FPM Verdes

- Entes federativos que apresentarem melhor desempenho em termos da proporção de propriedades rurais em conformidade com o Código Florestal deverão receber aumento nas suas participações no Fundo de Participação dos estados e Fundo de participação dos Municípios.

Compensação ambiental

- Parcela dos recursos arrecadados com a compensação ambiental, na forma da Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000, e seu decreto regulamentador poderá ser direcionada a programas de pagamento por serviços ambientais que financiem a restauração de vegetação nativa em Unidades de Conservação.

Orçamento Federal

- Restituição dos níveis históricos do orçamento federal específico para a gestão da Biodiversidade e Florestas, que não deve ser inferior a 0,5% do orçamento federal total.

Estabelecimento de critérios para a definição do valor do benefício

- Área destinada a conservação
- Valor do custo de oportunidade da terra
Importância dos serviços ambientais conservados (biodiversidade, regulação hídrica, proteção de encostas, etc).
- Adoção de práticas agrícolas sustentáveis (plantio direto, práticas conservacionistas, como curva de nível, agricultura orgânica).
- Tratamento preferencial para agricultura familiar e pequenas propriedades.

Muito obrigado!

young@ie.ufrj.br

www.ie.ufrj.br/gema